

MEMÓRIA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Hotel Solar do Imperador em Porto Seguro

Data: 12 e 13 de setembro de 2019

Nomes	Instituição
1- Márcio Braga	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Wilson Bittencourt	2- Seplan
4- Sueli Abad	3- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
5- Gabriela M. A. Fontes Silva	
6- Danilo Sette	
7- Beline Passos	4- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
8- Hiessa Reis Passos	
9- Gisele Porto	5- Instituto Mãe Terra- IMT
10- Raony Paziler	
11- Ernandes Ferreira da Silva	6- Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB
12- Epaminondas Peixoto	
13- Waldir Paixão Graciano	7- Associação de Moradores de Oliveira Costa
14- Samuel Costa dos Santos	
15- Máximo P. Santos	
16- Yugo Matsuda	8- Suzano
17- Deivid S. Pereira	
18- Oscar Artaza	9- Ciclos
19- Almir Requião	10- Manguezal Meu Quintal
20- Marcos Antônio Costa Lemos	11- Grupo Ambiental Natureza Bela
21- Thiago Rizzo	12- 2 Tree Consultoria/Aspex
22-Virgínia Camargos	13- Veracel
23-Luiz Tápia	
24-Pedro Cardoso	
25- Tarciso Matos	14- Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
26-Paulo Dimas Menezes	
27-Antonio A. Albuquerque	
28-Francis B. Hernandez	
29-Elfany Reis Lopes	
30- João Batista Lopes Silva	15- Veracel
31- Luiz Henrique Tápia	
32- Virgínia Camargos	
33- Cássia Saretta	

34-- Silvio da Cruz Pereira	16- Inst. Chico Mendes Conservação da Biodiversidade - ICMBio
35-Célio Roberto C. Costa	17-Associação de Moradores de Costa Dourada
36- Rafael Marinho Rocha	18- Programa Arboretum
37- Ednéa S. Ferreira	19- Assoc. Posseiros Mor. Imbiruçu de Dentro - ASCOPOMO
38-Maiara de Jesus Pinheiro	20- Aldeia Juerana – Núcleo Agricultura Familiar
39-Giovana Cabral Braga	21- Rede Povos da Mata
40- Antônia C. Silva	22- Associação Ecoturismo Pataxó Aldeia Velha
41- Neuza de Jesus Souza	23- Codeter
42- Rozilene Lemos	
43- Maria Elizete M. S. Faria	24- Associação dos Nativos e Amigos de Caraíva - ANAC
44- Patrícia Alves Neves C. Reis	25- Instit. Meio Ambiente Recursos Hídricos - INEMA
45-Gleyson Araújo	26- Assoc. Produtores Eucalipto Extr. Sul BA - ASPEX
46-Wilson Andrade	27- Assoc. Baiana Empresas de Base Florestal – ABAF Programa Ambiente Florestal Sustentável
47-Paulo Roberto O. Andrade	
48-Diogo Jahel	
49-Adriana da Rocha Severino	28- Secretaria de Agricultura de Porto Seguro - Seagri
50-Valdilucia S. Vieira	
51-Carmosina Toya	
52- José Conceição de Jesus	29- Reserva Extrativista Marinha de Corumbau
53- Elenilsson Nunes de Oliveira	
54- Benedito Oliveira	
55- Ivan Oliveira Ramalho	30- CBH Peruípe, Itanhém e Jequitinhonha
56- Ricardo Montagna	31- Associação Cultura Arte e Ecologia – ASCAE
57- Bruno Teixeira Nascimento	32- Aldeia Pé do Monte (Núcleo Agric. Familiar)
58- Pascoal dos Santos Ferreira	
59- Luana Ferreira B. Santos	33- CAR / SDR
60- Joney Fernandes Faria	34- FASB
61- Ériko Ferreira Santos	35- Secretaria de Agricultura Teixeira de Freitas
62- Cássio O. Farias	
63- Isabel Leal S. S. Bender	36- RPPN Belas Artes
64- Wolfgang Bendel	
65- Zulene Oliveira S. Neves	37- Aldeia Tauá

Dia 12/09 - Manhã

Reunião setorial

Imaflora: função dos auditores e verificação de denúncias

Dando início à reunião, o secretário executivo informou que por problema de agenda, nenhum representante da Imaflora pôde comparecer à reunião, mas que eles se comprometeram a enviar o relatório da auditoria feita na região de Costa Dourada e repassará o mesmo para as organizações do FF, assim que o receber. Mencionou que a

auditoria foi realizada em função de denúncias encaminhadas à Imaflora. E que encaminhou para a certificadora os acordos firmados no âmbito do FF. Explicou brevemente como funciona a auditoria, que tem como principal finalidade verificar se as operações da empresa estão de acordo com as normas e princípios do FSC. O representante de Oliveira Costa, que participou da reunião com a Imaflora, observou que existem muitas comunidades isoladas dentro dos plantios, sem possibilidade de geração de renda, contribuindo para o aumento do êxodo rural.

Por solicitação da representante da ANAC, o representante da Resex Corumbau fez um histórico das negociações sobre a mudança da rota das barcaças desde o início do diálogo, em 2009, até o momento. Falou da divisão em áreas e subáreas, pontuou que foi modificada a rota na subárea 2 sem consulta à comunidade, classificando como quebra do acordo por parte da empresa, e que como consequência, os pescadores voltaram a ficar sujeitos a acidentes e ter interferência nos pesqueiros.

Retorno sobre o encontro nacional do Diálogo Florestal

Os representantes da Secretaria Executiva do FFBA, da Natureza Bela e do Manguezal Meu Quintal, fizeram um breve relato da participação no XIV Encontro Nacional do Diálogo Florestal, que aconteceu nos dias 12 e 13 de junho, em Belo Horizonte/MG. A representante da secretaria executiva ressaltou entre os pontos fortes do evento o alto nível das palestras e dos palestrantes e a relevância dos temas abordados, abordando paisagens, conservação e restauração florestal, principais resultados dos fóruns regionais e análise da conjuntura socioambiental do país. Citou ainda a premiação dos Casos de Sucesso no Manejo Florestal e Recursos Hídricos, tendo sido vencedores 3 projetos da Klabin e 2 da Klabin em parceria com a Apremavi. Sobre os pontos negativos mencionou a extensão da pauta e o grande número de apresentações, que resultou em pouco tempo para debate e troca de experiências. O representante do Natureza Bela lamentou o fato de nenhuma organização da região ter enviado projetos para concorrer à premiação. Para o representante do Manguezal Meu Quintal o que lhe chamou atenção foi o resumo dos resultados dos fóruns regionais e as diferenças de recursos humanos e financeiros entre os mesmos. Avaliou que a secretaria nacional tem que envidar esforços para auxiliar técnica e financeiramente os fóruns com necessidades. O secretário executivo ressaltou que, a exemplo do FF Bahia, o Diálogo Florestal aprovou a participação da academia e de instituições de pesquisa como membros efetivos.

Tarde

Início da Plenária - Introdução do Secretário Executivo e apresentação dos participantes.

Após a apresentação dos participantes, o secretário executivo ressaltou o fato de ser a 70ª reunião do Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia, um dos mais antigos espaços dialógicos do território, e que a longevidade do colegiado se devia a 2 ex-secretários executivos que se faziam presentes: Oscar Artaza e Paulo Dimas Menezes. E que gostaria de homenageá-los pela dedicação e condução dos trabalhos.

Wilson Andrade - ABAB: IV Congresso Brasileiro de Eucalipto e Relatório Bahia Florestal

O representante da Abaf apresentou o panorama das atividades de base florestal na Bahia. Sobre a governança do setor florestal no estado, citou que o setor engloba cerca de 800

produtores, distribuídos em 4 entidades regionais e a 8 entidades estaduais ligadas ao IBA. E que desde sua criação, em 2004, tem 40 cadeiras em locais de discussão e decisão dos assuntos florestais nas mais diversas áreas. Informou que a Bahia tem 657 mil ha. de floresta plantada (eucalipto, pinus e seringueira), estando em 4º lugar no ranking nacional de área plantada com eucalipto, e que houve um crescimento de 1,2% de área plantada. Em relação à distribuição geográfica dos plantios no estado, afirmou que o Sul e Extremo Sul lideram com 371.237 ha (65%); Litoral Norte com 131.518 ha (23%); Oeste com 32.899 ha (6%); Sudoeste com 23.467 ha (4%) e outras localidades com 12.875% (1%). Comparou o nível de produtividade média do Brasil, de 36m³/ha ano com os dos 4 principais concorrentes internacionais, que é de 18m³/ha/ano. E a Bahia atualmente tem uma produtividade média de 33m³/ha/ano. Sobre as áreas certificadas, mencionou que 57% da área de florestas plantadas é certificada, pelo Cerflor ou pelo FSC, dando garantia de comportamento ambiental e social na produção. O setor de base florestal engloba 634 empresas, divididas entre celulose e papel (14%), indústria madeireira (35%) e moveis de madeira (51%). O PIB do setor florestal em 2018 foi de 5,4% e que o setor da construção civil teve 8,1%. Falou que o setor contribuiu com 4,3% dos impostos arrecadados e que foi o que mais exportou em 2018, significando geração de divisas e contribuição para a arrecadação do estado. Apresentou a participação do setor para o saldo da balança comercial; a evolução dos investimentos 2017 e 2018 e a previsão para 2019 e 2020; a geração de 23,1 mil empregos diretos e cerca de 122 mil indiretos; o programa de fomento florestal, que teve um crescimento de 9,4% em 2018; e os programas socioambientais realizados pelas empresas, que atenderam 508 mil pessoas em 2018, com 156 municípios atendidos. Mencionou que o mercado de madeira plantada vem sendo alavancado por setores com tendência de crescimento - como a mineração, papel e celulose, movelaria e secagem de grãos. Segundo dados da FAO o mundo precisa até 2050 de 250 milhões de hectares de florestas plantadas, por conta do aumento populacional. E que o Brasil é o país que mais tem competitividade nessa área, com o Estado da Bahia se destacando. Sobre os entraves do setor florestal, enumerou a segurança jurídica; estabelecimento e liberação dos créditos fiscais, como do ICMS; liberação de compra de terra para empresas com capital estrangeiro; licenciamento ambiental mais ágil e seguro; melhor logística para escoamento da produção e posicionamento dos Estados e Municípios sobre ampliação de plantio. Referiu-se ainda ao Plano Nacional de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que prevê mais 2 milhões de hectares de florestas plantadas até 2030. Lembrou também do compromisso assumido pelo Brasil, no âmbito das mudanças climáticas, de reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e o compromisso adicional no sistema integrado de lavouras/florestas.

14:30 - Discussão - Perguntas e respostas sobre a apresentação

A representante do ICMBio questionou o que foi colocado em relação à segurança jurídica ser empecilho no desenvolvimento do setor florestal; ressaltou que a agilidade no licenciamento passa pela disponibilidade de mais servidores, e que é um erro insistir em aumentar a exportação de madeira bruta, ao invés de madeira processada. Sobre o licenciamento, o representante da ABAF ressaltou a importância do fortalecimento dos órgãos responsáveis, de tecnologia, disponibilidade de dados e também a implantação do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE, que defina quais as aptidões de cada área do estado. E o que importa é o procedimento das empresas, cumprindo as regras sociais, ambientais, econômicas e tributárias, independente de serem nacionais ou não. Afirmou ainda que concorda que é necessário se agregar mais valor aos produtos para que a receita fique no estado, no município e na fazenda, na mão dos que começam a cadeia produtiva. O representante da UFSB pontuou que as empresas florestais da região têm a maior concentração de terras e que isso implica num alto custo desse ativo. E que resolver o problema da terra para os povos indígenas, quilombolas e para a reforma agrária está na mão das empresas florestais. Já o representante de Oliveira Costa reforçou que é necessário que as empresas florestais fomentem a geração de emprego e renda das comunidades que estão isoladas em meio aos plantios. Para o representante da Resex Corumbau, as empresas deveriam investir em educação e saúde como compensação pelos

impactos causados ao meio ambiente, já que o estado não está fazendo a parte dele, sendo que grande parte do território está tomada pela monocultura do eucalipto. Além disso, ao invés de plantar mais eucalipto, deve-se respeitar o direito dos povos do território, principalmente daqueles locais que tem como base a agricultura familiar. O representante da ABAF destacou que os governos federal, estadual e municipal têm que cumprir suas obrigações no sentido de aumentar a oferta de empregos e de incentivar a agricultura familiar. Sobre a pergunta do representante da CICLOS de como o setor florestal, que tem uma demanda de água, está se preparando para enfrentar as mudanças climáticas, o representante da ABAF afirmou que existem estudos técnicos que comprovam que o balanço hídrico da atividade florestal é positivo. Além disso, informou que existe um plano de desenvolvimento da Bahia até 2030 que contempla uso múltiplo da madeira, com incentivos necessários em cada um dos 4 polos de produção, para que o estado deixe de importar madeira. Finalizando, o representante do Manguezal Meu Quintal indagou se ainda existe espaço na Bahia para plantio de eucalipto. O representante da ABAF respondeu afirmativamente e que existem quase 60 milhões de áreas degradadas no Brasil e na Bahia tem quase 12 milhões, que podem ser recuperadas com eucalipto ou com outras atividades de aptidão local. Mas cada comunidade, cada município, cada estado tem que decidir o que querem. A representante da CODETER mostrou sua preocupação com a relação entre a demanda hídrica e o plantio de eucalipto, e observou que o momento é de plantar alimentos.

15:00 – Uso e análise dos dados contidos no Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal entre 1990 e 2013, fornecidos pelo Fórum

O representante da UFSB iniciou com a apresentação da equipe que trabalhou com os dados do monitoramento, composta por professores da UFSB e alunos, e que com os dados cedidos pelo Fórum Florestal foram desenvolvidos os seguintes estudos: **Alterações no uso e ocupação do solo dos municípios do Extremo Sul da Bahia entre 1990 e 2013; Influência da alteração do uso e ocupação do solo na disponibilidade hídrica das bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu; Influência do uso e ocupação do solo na disponibilidade hídrica da bacia do rio Buranhém; Influência do uso e ocupação do solo no desenvolvimento socioeconômico nos municípios do extremo sul da Bahia e Influência do uso e ocupação do solo na qualidade de água das bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu.**

Com relação ao estudo, **Alterações no uso e ocupação do solo dos municípios do Extremo Sul da Bahia entre 1990 e 2013**, foram realizadas análises com resultados para a região do Extremo Sul Baiano e também para cada município. Sendo que os municípios com maiores áreas em eucalipto são Nova Viçosa (49,70%); Mucuri (39,69%); Caravelas (38,46%); e Alcobaça (38,23%). As maiores áreas de pastagem estão nos municípios de Itanhém (81,75%); Medeiros Neto (76,75%); Jucuruçu (68,19%); Vereda (65,44%); Lajedão (61,30%); Itamaraju (58,19%); e Teixeira de Freitas (54,87%). Já Prado e Itamaraju se destacam como os municípios com maiores áreas com vegetação nativa, respectivamente com 40,10% e 33,70%, muito provavelmente por conta das unidades de conservação. E os municípios com maiores áreas desmatadas entre 1990 e 2103 são Jucuruçu (594,71 km² – 41,37%); Itamaraju (556,75 km² – 23,50%); e Itanhém (429,84 km² – 29,75%). Um dado observado foi a diminuição da vegetação nativa em cerca de 15%, totalizando 2.852,10 km².

Ao abordar o estudo, **Influência da Alteração do Uso e Ocupação do Solo na Disponibilidade Hídrica das Bacias dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu** - que teve como finalidade entender como o uso do solo está afetando a disponibilidade hídrica nas bacias do Extremo Sul Baiano - o representante da UFSB sintetizou que a região possui muitas áreas degradadas, sendo necessário utilizar boas práticas para o controle da erosão hídrica.

Sobre o estudo, **Influência do uso e ocupação do solo na disponibilidade hídrica da Bacia do Rio Buranhém**, o representante da UFSB observou um aumento das vazões mínimas do Rio Buranhém, ressaltando que uma das soluções para diminuir as vazões mínimas é o reflorestamento, mas que esse resultado não é conclusivo, porque uma árvore nova (eucalipto ou nativa) consome muita água. Outra questão abordada foi o

alto nível de desmatamento na Bacia do Rio Buranhém, ocasionando baixa regularidade das vazões, prejudicando o abastecimento público. O estudo concluiu, estatisticamente, que está chovendo menos na Bacia do Rio Buranhém, embora não seja possível apontar as causas da diminuição.

O último trabalho apresentado foi a **Análise da precipitação dentro do território da Hileia Baiana**, (que vai de Ilhéus a Linhares-ES) e que computou a média de precipitação de todos os municípios por cada mês, sendo uma ferramenta importante para quem vai fazer agricultura, plantio ou reflorestamento. E que o próximo passo é disponibilizar, em forma de gráficos de fácil interpretação, as demandas hídricas de cada município.

Finalizou, enumerando os produtos que tiveram origem a partir dos dados repassados pelo FF: Trabalhos de Conclusão de Curso: 2; Iniciação Científica: 3 + 1 (em andamento); Dissertação de Mestrado: 1 + 1 (em andamento); Capítulos de Livros: 2; Artigos em revistas científicas: 2 e artigos em congressos: 10.

Discussão - Perguntas e respostas sobre as apresentações

Respondendo a questionamento do representante da CICLOS, destacou que o estudo detectou a migração da atividade de pastagem, mas não foi feita pesquisa para saber se o pecuarista que vendeu a terra para a silvicultura de eucalipto migrou para o noroeste.

Outro representante da UFSB afirmou a necessidade em promover atividades econômicas não ligadas a silvicultura de eucalipto nos municípios de Alcobaca, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa, além de diminuir as plantações nessas localidades, considerando o risco de ter uma região dependendo somente de uma atividade econômica.

O representante da UFSB ressaltou que a área de recarga de um rio é toda a superfície de encostas da bacia hidrográfica e não apenas nascentes. Por sua vez, o representante do Natureza Bela afirmou que o FF deve ficar atento à preservação e/ou degradação dessas áreas. O palestrante informou que um estudo sobre a **“influência do uso e ocupação do solo no desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Extremo Sul da Bahia”** está em andamento.

Apresentação Secretaria de Agricultura de Porto Seguro-BA

A primeira representante da Secretaria de Agricultura de Porto Seguro – SEAGRI expôs o Programa de Certificação Orgânica Participativa da Agricultura Familiar, executados pelo órgão. Informou que desde abril de 2017 os agricultores de Porto Seguro aderiram a certificação participativa da Rede de Agroecologia Povos da Mata, tendo sido criado no mesmo ano, o Projeto Selo Orgânico tem o objetivo de apoiar e incentivar pequenos agricultores, em aldeias indígenas e assentamentos, a aderirem à Certificação Orgânica Participativa. Destacou que o selo orgânico dá garantia ao consumidor de que o produto está de acordo com os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica determinadas pelo MAPA. Detalhou os modelos de certificação orgânica no Brasil e as diferenças entre a certificação por auditoria e a certificação participativa, sendo que a última pelo valor acessível de pagamento anual (R\$ 140,00), viabiliza a obtenção do selo orgânico por parte do pequeno agricultor. Sendo que, quem adere à certificação participativa tem o compromisso de participar de reuniões mensais na propriedade de um agricultor do programa, com troca de experiências, sementes e mudas, possibilitando a troca de informações e conhecimento. O selo orgânico pode ser utilizado pelo agricultor na comercialização de seus produtos em feiras ecológicas, mercados, lojas de produtos naturais, internet, hotéis e restaurantes, em todo o território nacional. Explicou que Rede de Agroecologia Povos da Mata é a primeira rede participativa de certificação orgânica da Bahia, envolvendo assentados da reforma agrária, produtores da agricultura familiar, comunidades indígenas e quilombolas. Organizada em 4 núcleos: Porto Seguro (Extremo Sul), Serra Grande, Raízes do Sertão e Pratigi, totalizando 22 comunidades, e aproximadamente 700 famílias de agricultores, dos quais 400 agricultores certificados. Finalizou a apresentação abordando as possibilidades de melhorias através de apoio e parcerias, principalmente em relação às

dificuldades de logística. E também parcerias entre empresas/produtores florestais com produtores orgânicos que fazem divisa com plantios de eucalipto para alteração do manejo florestal e/ou realização de estudos que comprovem a não contaminação da produção por defensivos agrícolas.

A outra representante da Seagri Porto Seguro fez a apresentação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, um programa do Governo Federal de incentivo ao pequeno produtor, com objetivo de fortalecer a renda familiar e também de que alimentos mais saudáveis cheguem até as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. O município de Porto Seguro assinou um termo de adesão com o Governo Federal e já está na 4ª execução do PAA. 200 agricultores estão cadastrados no programa, que trabalha atualmente com 23 produtos. Afirmou que o município precisa adquirir 30% dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, através do PNAE. E que a aquisição de alimentos pelo PNAE é através de associações e pelo PAA através do pequeno produtor. E que o desafio da SEAGRI hoje é buscar apoio técnico para que agricultores produzam o que é realmente consumido no comércio local e que o mercado adquira esses produtos.

Discussão - Perguntas e respostas sobre a apresentação

Em relação à adesão ao PAA e ao PNAE, explicou como deve ser feita a solicitação. E que tanto agricultores quanto associações devem procurar a SEAGRI e demonstrar interesse em participar dos programas, pois pelo fato da equipe ser pequena não tem como percorrer todo o município para buscar adesões. Através de contato telefônico associações são informadas sobre o programa e se têm agricultores interessados em participar. Respondendo a pergunta do representante da SEAGRI de Teixeira de Freitas, a representante da SEAGRI de Porto Seguro esclareceu que Teixeira de Freitas já tem produtores certificados com selo orgânico participativo, se unindo a agricultores de Mucuri, Caravelas e Alcobaça para formação de um grupo. Os grupos têm regras a serem seguidas, pois se um grupo ou um dos produtores do grupo não cumprir o estabelecido, esse grupo pode ser desabilitado. Nas visitas às propriedades, são verificados o tipo de manejo que está sendo feito, os insumos utilizados e outros detalhes que certifiquem que os produtos são produzidos de forma correta. Os representantes da UFSB e da RESEX Corumbau questionaram a não aquisição de mariscos e produtos da pesca artesanal para a merenda escolar. A representantes da SEAGRI de Porto Seguro sugeriu que seja procurado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE e Conselho de Segurança Alimentar para ver a possibilidade de inserir o peixe ou marisco na merenda escolar. A outra representante da SEAGRI assegurou que pelo PAA os alimentos de origem animal podem ser adquiridos, contanto que tenham um selo municipal expedido pela SEAGRI e o pescador esteja cadastrado no Ministério da Cidadania. Além disso, informou que a SEAGRI tem parceria com a Bahia Pesca para cessão de alevinos para quem queira produzir pescado.

Dia 13/09

8:30 - Esclarecimento Veracel- sobre denúncia da alteração da rota das barcaças

Iniciando sua apresentação, o representante da Veracel explicou que a derrota entre Belmonte e Prado tinha até abril de 2019 um distanciamento da costa de 20 milhas. E que a partir de abril foi feita uma aproximação de 7 milhas da costa, com as barcaças saindo 13 milhas de Belmonte, traçando uma linha reta até o Prado, sendo que, de Alcobaça e Caravelas para frente as barcaças seguem a mesma rota. Esclareceu que atualmente o INEMA é o órgão ambiental responsável pelo licenciamento do Terminal Marítimo de Belmonte, existindo uma condicionante ambiental determinando que qualquer mudança de rota deve ser apresentado ao INEMA um estudo com avaliação dos possíveis impactos sobre as rotas migratórias das baleias Jubarte, e que a alteração deverá ser também comunicada ao ICMBIO. Com isso, houve a elaboração de um estudo, pelo Instituto Baleia Jubarte, iniciado em 2002, o qual concluiu que a nova rota das

barcaças fica fora da área de maior densidade de baleias no trecho de Belmonte ao Prado. Além disso, foi formado em 2017 um GT com o propósito de avaliar e mitigar os riscos de choque entre as barcaças e as baleias, sendo realizado uma avaliação de 4 em 4 anos da estimativa populacional das baleias, como forma preventiva. Informou também que nunca ocorreu nenhum choque entre barcaça e baleia. Além do INEMA e do ICMBio, a Marinha também foi consultada sobre a alteração da rota, que sugeriu a realização de uma batimetria, para verificar o fundo marinho. Os resultados da batimetria atestaram a inexistência de riscos sob o aspecto de navegação. Outra avaliação realizada, foi a de ganho operacional, que identificou uma redução na distância de navegação em 35 milhas por ciclo, reduzindo em 3 horas cada ciclo. Na apresentação foram exibidos os pareceres favoráveis do Instituto Baleia Jubarte, do Inema, das associações e colônias de pescadores e a comunicação enviada para o ICMBio. Ressaltou que nas reuniões periódicas entre as comunidades de pescadores de Belmonte a Mucuri foi apresentada a proposta de alteração da rota e leu trecho da ata da reunião, assinada pelos presidentes das associações, onde houve consenso na alteração da rota. Foram também avaliadas formas para a redução de riscos, evidenciando a necessidade na melhora da comunicação da barcaça com os barcos de pesca e colônias de pescadores. Desta forma, foram realizadas reuniões, onde o foco foi a segurança no mar, definindo a doação de rádios VHF para cada embarcação cadastrada, além disso, as colônias e associações também serão equipadas com rádios HF (SSB), com alcance de 100 Km, estabelecendo uma rede de comunicação, única em território nacional, entre Belmonte e Mucuri. Outro ponto apresentado foi o apoio da Veracel na realização de 4 cursos anuais de formação de pescadores-profissionais. Concluindo, falou sobre o uso de câmera térmica para detecção de baleias e pequenas embarcações instalados nas barcaças, possibilitando que tudo que estiver imerso, num alcance de 2 Km, seja detectado pela câmera, registrado no software e informado ao comandante.

Discussão - Perguntas e respostas sobre a apresentação

O representante da RESEX Corumbau comentou que a mudança de 10 para 20 milhas feita em 2009 foi positiva, pois não houve mais acidentes com pescadores. E que os rádios deveriam ter entrado no acordo de 2009. Mencionou a divisão da rota em 4 subáreas, de Belmonte até Nova Viçosa, e que na reunião de dezembro foi dito que a mudança só interessava aos municípios de Belmonte, Cabrália e Porto Seguro e que assinou a ata por ato de confiança. Porém, não ficou claro que a rota ia passar mais próxima da área de influência da RESEX Corumbau e que não houve uma consulta e/ou informação da mudança aos pescadores locais depois dos pareceres do IBJ, INEMA e ICMBio. Desta forma, solicitou que fosse cumprido o acordado na subárea 1, na RESEX Corumbau. O representante da UFSB lamentou que a entrega dos rádios e os cursos de capacitação, acordados em 2009, ainda não tenham sido cumprido e que o FF e a comunidade não tenham sido comunicados da alteração da rota, considerando como quebra do acordo. O representante da Veracel discordou da quebra do acordo, pois as reuniões com os pescadores estão acontecendo periodicamente. Outro representante da Veracel argumentou que a empresa teve dificuldade na entrega das bases de comunicação para as 17 associações e colônias de pescadores entre Belmonte e Nova Viçosa, devido a várias delas não estarem estruturadas administrativamente para registro na Anatel. Com relação aos cursos, pontuou que têm sido realizadas de 6 a 7 capacitações por ano, pois a empresa, aprendeu junto ao FF a não começar um processo sem dialogar. O secretário executivo fez encaminhamento de se realizar uma reunião específica para discutir o assunto para se chegar a um acordo, com a participação de representantes da Veracel e da RESEX Corumbau. Essa reunião foi confirmada e aceita por ambos os representantes, a ser realizada na RESEX e antes da próxima reunião do fórum. O representante da UFSB fosse abordado na próxima reunião do FFBA, por ter virado um dos acordos do fórum.

10:00 – Desenvolvimento da Agricultura Regional - Grupo Lembrance

O representante do Grupo Lembrance fez um histórico da aquisição das terras, iniciada em 1993, pelo grupo familiar de 8 irmãos envolvidos na agricultura. Discorreu sobre as atividades desenvolvidas nas fazendas do grupo, com um total aproximado de 700 hectares, os produtos e o número de funcionários, que chega a um total de mais de 700. Exibiu as portarias de outorga de uso de água e licenciamentos expedidos pelos órgãos competentes para as fazendas Lembrança I, II e III e para o Viveiro de mudas Tecnoplant. Detalhou como a família migrou, em 2004, da atividade de café para o cacau a céu aberto, que permite uma produtividade mais elevada. Detalhou o sistema de produção e dos maquinários utilizados, entre eles o sistema mecanizado de quebra do cacau. Sobre o viveiro de mudas de eucalipto mencionou que fornece mudas para as empresas da região ou para qualquer parte do país, com capacidade de 3,5 milhões de mudas/mês. Apresentou a construção do barramento na Fazenda Conjunto São Jorge. Abordou por fim os principais problemas que afligem a zona rural: Segurança (furtos, assaltos a mão armada e arrombamentos); carga burocrática excessiva (alta dependência de serviços técnicos especializados) e custo de produção elevado (margens apertadas e prejuízos em algumas culturas, a exemplo do café e do cacau). Segundo ele, para produzir uma saca de café se gasta em torno de R\$ 300,00 e o preço de mercado é R\$ 265,00, acreditando que nos próximos anos vários cafezais serão erradicados, sendo que, além da silvicultura e pecuária, a cafeicultura é hoje uma das principais atividades na região.

Discussão - Perguntas e respostas sobre a apresentação

O representante da Aldeia Pé de Monte perguntou se alguma das propriedades do Grupo Lembrance está no território de demarcação de terras indígenas. O representante do Grupo Lembrance afirmou que sim e que infelizmente está perante um processo de possível expropriação de terras com um viés geopolítico ideológico que não visa a subsistência do indígena, mas sim um modelo que foge da liberdade e da livre iniciativa. Atestou que adquiriu as terras de forma legítima, com o recurso proveniente do seu trabalho, pagando um valor alto, porém justo, e sendo que, ao registrar em cartório, não foi contatado nenhum impedimento e nem restrições alegando de ser terra indígena. Desta forma, o representante do Grupo Lembrance entende que essa seja uma questão essencialmente jurídica a qual não caber discutir no ambiente do fórum. Por sua vez, o representante da Aldeia Pé de Monte replicou que o diálogo tem grande poder de pacificação, indo até a presença do representante do Grupo Lembrance e apertando a sua mão. O representante da CICLOS indagou como replicar as experiências apresentadas pelo representante do Grupo Lembrance para outros produtores, inclusive para comunidades indígenas e comunidades tradicionais, agravada pela ausência de assistência técnica na região. O representante do Grupo Lembrance afirmou que outros proprietários da região também detêm conhecimento técnico e aplicam em suas propriedades. E que o financiamento para comunidades tem que ser através do Estado para ter acesso aos meios de produção.

Coordenação de Desenvolvimento Territorial (CODETER)

Os representantes da CODETER iniciaram a apresentação definindo o seu território de identidade e atuação definindo a apresentando a demarcação dos territórios do Estado da Bahia e o conceito de “território”. Posteriormente foram apresentados os marcos regulatórios que determinam a criação do CODETER, através de leis e decretos. O CODETER, vinculado ao CEDETER, que por sua vez é vinculado a Secretária de Planejamento do Estado da Bahia, tem a seguinte definição: Fórum de discussão e de participação social, constituído por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, auxiliando o CEDETER. Com isso, foram apresentados os principais instrumentos de planejamento/ordenamento e governança, incluindo o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e o Monitoramento Participativo (Controle Social), e

como funciona o Sistema Estadual de Desenvolvimento Territorial. Foram detalhado os Editais vinculados ao programa Projeto Bahia Produtiva e os outros projetos em andamento.

Discussão - Perguntas e respostas sobre a apresentação anterior

Devido ao avanço do horário muitos integrantes da reunião tiveram que se retirar para fazer o “check-out” do hotel, ocorrendo um esvaziamento da plenário. Porem várias perguntas foram realizadas com referência ao Edital 14/2019 – Sociobiodiversidade, último a ser lançado pelo Estado da Bahia.